

A ÉTICA NEOPENTECOSTAL E O ESPÍRITO DO NEOLIBERALISMO: elementos da retórica bolsonarista¹

NEOPENTECOSTAL ETHICS AND THE SPIRIT OF NEOLIBERALISM: elements of bolsonarist rhetoric

Hugo Feitosa Gonçalves²

UFRN: <https://orcid.org/0000-0001-6323-1648>

Clécio Jamilson Bezerra dos Santos³

UFRN: <https://orcid.org/0000-0001-5816-695X>

Isabelly Cristiany Chaves Lima⁴

UFCG: <https://orcid.org/0000-0002-9787-7604>

DOI: 10.21680/1982-1662.2022v5n35ID27832

Resumo

Refletimos aqui sobre algumas afinidades entre o (neo)pentecostalismo e o neoliberalismo, e como alguns de seus elementos são profícuos na retórica política vigente, sobretudo nos discursos e na prática do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Se a realidade é múltipla, as dinâmicas sociais e a compreensão dessa exige abordagens multifacetadas. A discussão aqui desenvolvida emergiu da aproximação de três reflexões que se entrelaçam: as transformações no pentecostalismo brasileiro; o debate acerca da hegemonia neoliberal no Brasil; e a reflexão sobre como essas ondas consubstanciam a materialidade discursiva de Bolsonaro. A partir do encontro entre perspectivas e concepções da sociologia da religião, da economia política, e da análise dos elementos performáticos-discursivos, almejamos contribuir para o debate sobre

¹ O presente ensaio integra pesquisas financiadas pela CAPES.

² E-mail: hugofg@live.com

³ E-mail: clecijamilson@hotmail.com

⁴ E-mail: isabelly.uepb@gmail.com

política, religião e sociedade, exteriorizando a importância desses entrelaçamentos para a compreensão de fatores da realidade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Neopentecostalismo. Neoliberalismo. Análise de Discurso. Bolsonarismo.

Abstract

We reflect here on some affinities between (neo)pentecostalism and neoliberalism, and how some of its elements are fruitful in current political rhetoric, especially in the speeches and practice of the current president of Brazil, Jair Bolsonaro. If reality is multiple, the social dynamics and the understanding of it require multifaceted approaches. The discussion developed here emerged from the approximation of three intertwined reflections: the transformations in Brazilian pentecostalism; the debate about neoliberal hegemony in Brazil; and the reflection on how these waves embody Bolsonaro's discursive materiality. From the meeting between perspectives and conceptions of the sociology of religion, political economy, and the analysis of performative-discursive elements, we aim to contribute to the debate on politics, religion and society, externalizing the importance of these intertwinings for the understanding of factors of reality contemporary Brazilian.

Keywords: Neopentecostalism. Neoliberalism. Speech Analysis. Bolsonarism.

Introdução

As religiões, como instituições socializadas, são apresentadas como concepções de mundo que estão situadas acima da sociedade, das relações sociais, de interesses de frações sociais, elementos sobre-humanos que atuam do céu para a terra, assim, instituições divinas, percebidas ontologicamente pelos seus adeptos. Os pressupostos e os princípios das concepções sociais de mundo, que são fundamentadas no positivismo burguês, esse de uma forma adaptada à atual conjuntura na qual se insere o ideário⁵

⁵ Diferenciamos aqui as categorias “ideologia” e “ideário”. Tomamos o conceito de “ideologia” desenvolvido por Michael Löwy (1989, p. 13-14, 29) como “concepção social de mundo”, que seria “um

neoliberal, também são declarados imparciais de interesses de frações sociais específicas; o neoliberalismo é apresentado pelos seus formuladores e simpatizantes como único caminho possível para a plena liberdade humana.

Esses elementos, mais do que vinculação com o divino e/ou de relação com o mercado, são elementos ideológicos, cujo âmago objetiva alcançar mentes e corações, modulando subjetividades e práticas, ao passo que ambos negam qualquer ideia de sociedade e de ser social que se difiram dos princípios, diretrizes e objetivos de suas doutrinas.

No Brasil contemporâneo, o ideário neoliberal rege as relações sociais, políticas, jurídicas⁶ desde os finais dos anos de 1980, enquanto o (neo)pentecostalismo é a corrente religiosa em ascensão no País e de forte engajamento político.

Dessa forma, indagamos: existe alguma correlação entre o ideário neoliberal e o (neo)pentecostalismo? Seriam religião e política, duas vocações autônomas? Estariam as doutrinas religiosas desvinculadas de qualquer conjuntura nas quais estão inseridas? Seria essa uma instituição soberana, situada em um patamar acima das relações e de interesses de frações sociais específicas? A laicidade do Estado Moderno brasileiro está ameaçada? Por fim, e centralmente, quais elementos ideológicos do neoliberalismo e do (neo)pentecostalismo têm fomentado a realidade brasileira contemporânea, sobretudo os discursos bolsonarista desde sua ascensão em 2018?

Muitas são as indagações. Perguntas que geram mais perguntas, em uma busca de desnaturalizar a realidade, de inquirir os campos de saber, uma vez que nem a Religião, nem as Ciências Políticas, muito menos a Semiótica ou as Ciências Econômicas e Sociais são autossuficientes e autoexplicativas. É nesse entremeio, que ensaiamos algumas respostas. Desse modo, objetivamos refletir sobre alguns aspectos do (neo)pentecostalismo, a sua relação com os princípios, pressupostos e diretrizes da ideologia política, econômica, jurídica e social do neoliberalismo, e quais são os insumos dessas correntes que fundamentam o discurso bolsonarista, centrado, mas não findado, no sujeito do então presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

Tanto Karl Marx (2010), em *A Ideologia Alemã*, quanto Max Weber (2004), em *A*

conjunto orgânico de representações, valores e ideias” [...] “e orientações cognitivas” de uma determinada classe social. Entretanto, nos referimos ao termo “ideário” como um conjunto específico, qual tomam elementos ideológicos específicos de uma ou mais ideologia para compor uma agenda política, considerando as particularidades de uma determinada formação econômica e social, e conjuntural.

⁶ Sobre a materialização do ideário neoliberal na estrutura jurídica brasileira ver: Correa e Gonçalves (2021), *Neoliberalismo e Reforma do Judiciário no Brasil*.

Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, partindo de perspectivas diferentes, ajudam-nos a compreender parte dessas questões afirmando que as instituições sociais, assim como a religião, estão relacionadas com o “espírito” político-social de cada época, sejam condicionadas pelas relações sociais, como afirma Marx (2010), seja condicionando-as, como afirma Weber (2004).

Partindo de uma perspectiva materialista histórica entre as instituições religiosas e as relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas, sem objetivar definir o papel específico de sujeito e objeto nessa relação, consideramos a seguinte hipótese de partida: as religiões (especificamente cristãs) são, antes de tudo, políticas, e a religião dominante reflete o espírito do modo de produção⁷ dominante.

Assim como o cristianismo-clerical serviu como base de legitimação da exploração e expropriação social, em função das frações sociais dominantes e detentoras do poder das instituições sociais no período pré-capitalista⁸, o protestantismo neopentecostal representa os elementos ideológicos, e assim, os interesses das frações sociais dominantes da nossa época, sendo a ética protestante neopentecostal condicionada, porém estruturadora e propagadora do espírito do modo de produção econômico e social conjunturalmente hegemônico, o neoliberalismo.

Fincado no espírito hegemônico da época corrente (a saber: neoliberal e neopentecostal), nossa segunda hipótese é a de que o atual presidente soube se posicionar diante destas éticas, em voga socialmente. Logo, afirmamos que a retórica bolsonarista também é estruturada, estrategicamente, a partir de elementos dessas duas correntes de pensamento de maior vigor no Brasil na atualidade.

Destarte, para a assimilação das hipóteses supracitadas, estabeleceremos a relação entre o ideário neoliberal e a corrente neopentecostal sob a perspectiva materialista histórica, e como alguns aspectos dessas correntes se sobressaem na retórica bolsonarista. Vale salientar que essa discussão nasce no seio do debate de construção de três teses, cuja aproximação se tornou propícia a partir dos temas: as mudanças do pentecostalismo no Brasil; a hegemonia do neoliberalismo no Estado brasileiro; e a construção da imagem pública do Presidente Jair *Messias* Bolsonaro.

Para isso, faremos centralmente uma breve revisão bibliográfica, com o intuito

⁷ Modo de produção: são as mútuas formas de produção, não só econômica, mas também política, jurídica, ideológica, no condicionamento das relações econômicas-sociais (POULANTZAS, 1977).

⁸ Como explicitado especificamente em algumas obras de pensadores marxistas, como Michael Löwy (1989), em *Ideologia e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista*, e Henri Lefebvre (2017), em *Marxismo: uma introdução*, entre outros.

de explicar a conjuntura de emergência prática e hegemonia mundial dessas correntes - do cristianismo atual, de bases calvinistas, em ascensão, e da economia política -, e a relação entre seus princípios, pressupostos e diretrizes que deságuam na conjuntura política brasileira corrente, cujo representante maior ainda é Jair Bolsonaro.

Tomamos como base para o debate, os escritos de Perry Anderson (2008) em *Balanço do Neoliberalismo*, e seus comentadores, Francisco de Oliveira, José Paulo Netto e Emir Sader; além do texto considerado original do neoliberalismo, escrito ainda na década de 1940, *O Caminho da Servidão* de F. A. Hayek (2010), para discutirmos a economia política do capitalismo contemporâneo; e as obras de Paul Freston (1993; 1999) e Ricardo Mariano (2010) [1999], que apresentam uma discussão acerca das mudanças do protestantismo pentecostal; além das contribuições de Maurício Moura e Juliano Corbelline (2019), em *A Eleição Disruptiva*, André Singer (2008), em *Novas Expressões do Conservadorismo Brasileiro*, e Esther Solano (2018), em *Crise da Democracia e Extremismo de Direita*, para entendermos a relação entre política-neoliberal, religião-neopentecostal e a retórica bolsonarista.

Para discorrer acerca dos elementos que estão presentes nessa relação, dividimos a exposição em quatro seções. Na primeira, tratamos do (neo)pentecostalismo enquanto conceito sociológico, apresentando sua definição, os atores, os processos aos quais ele é remissivo e seus elementos retóricos.

Na segunda são apresentados também os princípios, pressupostos e diretrizes do neoliberalismo enquanto ideologia política, econômica, jurídica e social - essa etapa cumpre o papel preliminar e indispensável de situar o leitor diante dos principais significantes em questão (neopentecostalismo e neoliberalismo), estabelecendo o suporte histórico e teórico-conceitual para a argumentação que sucede.

Na terceira tratamos dos elementos para a construção da retórica Bolsonarista, materializando-se nos elementos performáticos-discursivos do então Presidente Jair Bolsonaro.

Na última e conclusiva seção buscamos elencar os pontos de interseção entre (neo)pentecostalismo e o neoliberalismo, destacando, em primeiro lugar, o caráter social-ideológico dessa relação, averiguando as condições diante das quais é possível afirmar que o (neo)pentecostalismo, segundo os termos por nós descritos, constitui-se enquanto base ideológica do neoliberalismo, e vice-versa, em um caráter de

retroalimentação, e esses fornecem os elementos que fundamentam à retórica bolsonarista.

A ética neopentecostal

O (neo)pentecostalismo é um conceito cunhado, entre outros, pelo sociólogo Ricardo Mariano para denominar as igrejas pentecostais emergentes a partir da década de 1970 no Brasil. O uso do termo faz parte do quadro classificatório apresentado pelo autor no livro *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo* (2010 [1999]). O título é uma reedição da dissertação de mestrado de Mariano, defendida em 1995. Além de inaugurar uma nova tipologia para pentecostalismo, uma das principais contribuições do livro consiste na caracterização daquela, considerada à época, a maior novidade desse segmento religioso no Brasil: o “neopentecostalismo”.

No Brasil, utilizando o critério de corte histórico-institucional, Freston dividiu a história do pentecostalismo em três ondas de implantação de igrejas: a primeira ocorre com a chegada da Congregação Cristã [1910] e Assembleia de Deus [1911]; a segunda ocorre nos anos de 1950 e 1960, quando, dentre outros grupos, surgem a Quadrangular [1951], Brasil Para Cristo [1955] e Deus é Amor [1962]; a terceira onda ocorre a partir do final dos anos de 1970, tendo como expoentes a Universal do Reino de Deus [1977] e a Internacional da Graça de Deus [1980].

Sobre as igrejas da primeira onda, já havia certo consenso quanto ao uso do termo “clássica” ou “clássico”, em referência ao tipo de pentecostalismo mais primevo no país. Mariano assume para si a tarefa de classificar o pentecostalismo de segunda e de terceira onda, nomeando-os respectivamente de “deuteropentecostalismo” e “neopentecostalismo”. O radical “deutero” significa “segundo”, ou “segunda vez”, e demarca os 40 anos que separam a primeira da segunda leva de igrejas. Embora mantenha, em termos gerais, o mesmo núcleo teológico do pentecostalismo clássico, as deuteropentecostais apresentam inovações evangelísticas e outras ênfases doutrinárias (como, por exemplo, a “cura divina”).

No caso da terceira onda, “neopentecostalismo”, o radical “neo” significa “novo”, no sentido de “recente”, mas também de “inovador”. Além do corte histórico-institucional que o separa das duas primeiras ondas, apresenta em relação a elas mudanças teológicas, comportamentais e sociais significativas. O conceito remete a um tipo de pentecostalismo bastante preciso que tem como características

fundamentais a ênfase exacerbada na “guerra espiritual”, a “Teologia da Prosperidade” e a liberalização do legalismo pentecostal (MARIANO, (2010 [1999]), elementos que, à época da elaboração da tipologia, remetiam ao modelo de pentecostalismo da Igreja Universal.

Dentre os aspectos fundamentais do (neo)pentecostalismo, a Teologia da Prosperidade é o de maior destaque, pois não consiste apenas em uma questão de ênfase, como ocorreu em relação à “guerra contra o Diabo”, mas surge realmente como uma novidade. Tendo em vista que as duas primeiras ondas pentecostais eram marcadamente sectárias e ascéticas, essa teologia delinea uma descontinuidade dentro do próprio pentecostalismo. A negação do mundo passa a dividir espaço com um processo de acomodação, alinhamento à sociedade de consumo e de mudança de valores preconizado, que emerge, num primeiro momento, no âmbito das igrejas de terceira onda, mas que, paulatinamente, alcança igrejas das demais ondas precedentes⁹.

A Teologia da Prosperidade surgiu nos Estados Unidos na década de 1940, difundindo-se, ao longo dos anos de 1970, como movimento doutrinário a partir do trabalho do pregador Kenneth Hagin e de seus discípulos. Esse movimento se origina num contexto de expansão do televangelismo norte-americano e tem em suas bases a influência da Confissão Positiva, crença que afirma que as palavras, proferidas com fé, são capazes de trazer realidades à existência (MARIANO, 2010).

O poder da palavra proferida com fé, a rejeição dos males inerentes à condição humana neste mundo e a expectativa de obtenção das bênçãos divinas (inclusive materiais e financeiras) aqui e agora são algumas das principais ideias veiculadas por essa reinterpretação das Escrituras cristãs e da relação do fiel com o Deus (MARIANO, 2010).

No Brasil, em vários segmentos evangélicos, a chegada e difusão da Teologia da Prosperidade ocorreu por meio do televangelismo difundido pelas igrejas (neo)pentecostais. O resultado dessa difusão assumiu os mais diversos modos em cada igreja ou movimento, tendo o tema da “prosperidade financeira” ganhado grande ênfase na Universal e Internacional, igrejas típicas da terceira onda. O ponto primordial, que justifica o caráter inovador dessa teologia para o pentecostalismo, é que a sua emergência nesse meio provoca uma inversão de valores no sistema

⁹ Ao fenômeno de difusão de aspectos típicos da terceira onda no campo pentecostal, Mariano (2010) denomina “neopentecostalização”.

axiológico pentecostal (MARIANO, 2010).

[...] Faz isso ao enfatizar quase que exclusivamente o retorno da fé nesta vida, pouco versando acerca da mais grandiosa promessa das religiões de salvação: a redenção após a morte. Além de que, em vez de valorizar temas bíblicos tradicionais de martírio, autosacrifício, isto é, a “mensagem da cruz” - que apregoa o ascetismo (negação dos prazeres da carne e das coisas deste mundo) e a perseverança dos justos no caminho estreito da salvação, apesar do sofrimento, das injustiças e perseguições promovidas pelos ímpios contra os servos de Deus -, a Teologia da Prosperidade valoriza a fé em Deus como meio de obter saúde, riqueza, felicidade, sucesso e poder terrenos. Em vez de glorificar o sofrimento, tema tradicional no cristianismo, mas definitivamente fora de moda, enaltece o bem-estar do cristão neste mundo (MARIANO, 2010 [1999], p. 158).

Para os adeptos e seguidores dessa teologia, o sucesso econômico e a conquista de riquezas são expressões de bênçãos advindas de Deus, possibilitadas e almeçadas pelo uso da fé. O impulso para o consumo e a ênfase pragmática no usufruto de bens materiais passa a ocupar lugar de destaque, animando, concomitante, uma postura desafeita ao sofrimento, à valorização da pobreza e expectativa de um Paraíso após este mundo.

Embora a noção de prosperidade não se restrinja ao âmbito financeiro, englobando diversas áreas da vida daqueles que frequentam os cultos e as experiências rituais das igrejas que a apregoam, é no âmbito das práticas econômicas que se desdobram as mais emblemáticas polêmicas acerca das igrejas (neo)pentecostais. É nesse aspecto também que a Teologia da Prosperidade, ao colocar em destaque a questão financeira individual, converge com os princípios do neoliberalismo, que serão apresentados na próxima seção.

Enquanto prática tipicamente neopentecostal, a ênfase na Teologia da Prosperidade abriu margem para reflexão sobre uma possível afinidade entre esse segmento pentecostal e o espírito do capitalismo contemporâneo. Além disso, a narrativa de “guerra espiritual” e de iminência de um “anticristo”, que reemergiram no discurso pentecostal, se coadunam com o discurso neoliberal de combate ao “inimigo comunista”. A similaridade entre essas retóricas religiosa e política foi explorada na caracterização pejorativa de correntes não neoliberais como “anticristo” em meados da década de 2010, mas também na campanha presidencial de 2018.

Acrescentamos que, com os dados macroeconômicos e sociais refletindo a piora das condições de vida, principalmente da classe trabalhadora, mas também pequenos

burgueses locais e industriais esse elemento “espiritual” da retórica bolsonarista, da guerra contra o “inimigo comunista”, parece ser a última corda em que se agarra o discurso para reeleição de Bolsonaro em 2022.

“Deus nos salvou do socialismo. [...] Eu peguei o Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos, e querem voltar o que era antes?”, disse Jair Bolsonaro em conversa com militantes em 17 de janeiro de 2022 (CARTA CAPITAL, 2022a).

A ascensão política dos evangélicos no Brasil

Cabe destacar que, de acordo com a pesquisa Datafolha, de 25 de outubro de 2018, da população votante brasileira, 30% se considerava evangélica, enquanto 56%, católica, e adeptos a outras religiões, ateus/agnósticos ou sem religião, chegava a 13% somados - em 1950, apenas 3% da população brasileira era evangélica, e mais de 90% se considerava católica, e em 2021, 32% se declarava evangélica e 40% católica (ALVES, 2018; BARBOSA, 2021).

Assim, os evangélicos foram fundamentais na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que marca a escolha pelo sufrágio universal - mesmo que limitado, com a prisão do então candidato líder nas pesquisas de opinião de voto, Luiz Inácio Lula da Silva, meses antes das eleições - do programa neoliberal, pois, na mesma pesquisa, na véspera do segundo turno, enquanto os católicos estavam praticamente divididos por igual, com uma pequena vantagem de Bolsonaro sobre Fernando Haddad, entre os evangélicos que optavam por votar em algum candidato, 70% preferiam Bolsonaro, enquanto apenas 30% optavam por Haddad. Essa diferença de intenção de voto entre os evangélicos foi maior do que a diferença do total de votos de Bolsonaro sobre Haddad, ficando os números oficiais da votação próximos ao estimado na pesquisa; além da ampliação da base evangélica no Parlamento Federal (ALVES, 2018).

Cabe destacar ainda que, mesmo com o neoliberalismo (puro) passando a perder fôlego em todo o mundo, assim como no Brasil, nos anos iniciais da década de 2020, devido aos resultados sociais da sua agenda econômica, essa tendência até nos dias finais de 2021 não era percebido no campo protestante (os “evangélicos”) - os líderes das grandes igrejas neopentecostais mantêm seu apoio ao Presidente Bolsonaro e a pesquisa do PoderData publicada em 22 de dezembro de 2021 explana essa base de apoio: enquanto Bolsonaro tinha 43% das intenções de voto entre os evangélicos, Lula obteve 26%; entre os católicos a situação se invertia (BARBOSA, 2021).

Porém, na primeira pesquisa do PoderData de 2022, em 22 de janeiro de 2022, mesmo com os líderes neopentecostais mantendo o apoio ao atual presidente, essa tendência aparenta estar se invertendo. Bolsonaro aparece com 40% das intenções de voto dos evangélicos, Lula sobe para 36%, empatando entre dessa categoria social em uma projeção de segundo turno (CARTA CAPITAL, 2022b).

Além de uma base de apoio para o então presidente (ao menos, até finais de 2021), os evangélicos ascendem como atores centrais do Estado. Além da ampliação da “Bancada da Bíblia” no Parlamento - com 120 parlamentares, 20% do total -, a posse do Pastor “terrivelmente evangélico”, da Igreja Presbiteriana, de cunho Calvinista-Neopentecostal, e jurista, André Mendonça, é um marco desse processo (BARBOSA, 2021).

O espírito neoliberal

Pierre Dartov e Christian Laval (2016) mostram que o neoliberalismo começa a ser fecundado em meados dos anos de 1930, mas nasce como concepção social de mundo, que vai além do econômico, em meados dos anos de 1940, tendo como marco o escrito de Hayek (2010), *O Caminho da Servidão*.

Esse ideário fica à margem do plano político-social por mais de duas décadas, quando o espírito desenvolvimentista¹⁰ comandado pelas grandes potências mundiais tratava de expandir seus mercados na reestruturação das bases produtivas dos países atingidos pelas guerras imperialistas, até que, em meados dos anos de 1970, com o esgotamento de expansão da produção a partir do ideário do *welfare-state*, marcado pelas crises do petróleo, e de golpes militares - como no caso chileno em 1973, com a implantação do regime pinochetista -, o neoliberalismo passa a ocupar o centro do ideário político-social das grandes potências mundiais, tendo como marco os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra (1979-1990), e Ronald Regan nos Estados Unidos (1981-1989).

A partir daí, o neoliberalismo vai se estabilizando como concepção de mundo hegemônica nas instituições dos Estados e no espírito social, vezes dividindo espaço com ideários neodesenvolvimentistas¹¹, quando seus avanços materializam colapsos

¹⁰ Desenvolvido teoricamente por John M. Keynes, assim também como Michael Kalecki e outros. Porém, no Brasil, a política de estocagem e queima de café nos primeiros anos do Governo Vargas (1930-1945 e 1951-1954) antecipava na prática o que seria desenvolvido teoricamente anos mais tarde.

¹¹ Boito Jr. (2018) caracteriza o “neodesenvolvimentismo” como um governo que se propõe a desenvolver as bases produtivas internas sem romper com as políticas centrais do neoliberalismo. O

sociais e econômicos, colocando em risco a ordem e a reprodução do capital, mas sem perder suas bases diretrizes nas políticas econômicas, intocáveis mesmo por governos ditos neodesenvolvimentistas, progressistas, social-democratas.

O neoliberalismo é originalmente um ideário político (de Estado), mas, como ressaltam Dardot e Laval (2016), inspirados na biopolítica de Foucault, o neoliberalismo não é só um ideário político, mas uma nova forma de racionalização social, uma “nova razão do mundo”, seja para instituições coletivas ou individuais, é uma forma de condicionar os caminhos institucionais e também pessoais, de empresa como modelo de subjetivação tanto para o Estado quanto para os indivíduos, condicionados pelos princípios de austeridade, produtividade, concorrência e lucratividade.

Como se percebe a perspectiva materialista histórica desenvolvida inicialmente por Karl Marx e Friedrich Engels, toda instituição política, jurídica, é uma instituição produzida socialmente com interesses específicos de classes, condicionada em última instância pelo econômico. Assim, as estruturas políticas, jurídicas, sociais e ideológicas não podem ser percebidas como instituições autônomas, mas que se interligam mutuamente, inseridas em um determinado modo de produção dominante em uma específica formação social.

Em *O Caminho da Servidão*, o próprio Hayek (2010) afirma que, mais importante do que a mudança do caráter governamental, seu livro é de ordem psicológica, para uma mudança do caráter social. Mesmo que toda a sua discussão seja voltada para as formas de governo, o livro reforça constantemente os princípios e os pressupostos do neoliberalismo para serem internalizados pelos seus leitores.

Hayek (2010) parte de pressupostos da economia política liberal de Smith, Ricardo e, principalmente, Malthus, de bem-estar como alcançado unicamente pela acumulação de capital, da busca pelo máximo bem-estar (econômico geral) como maior objetivo do Estado, e do mercado (ler-se o capital privado) como promotor desse bem-estar geral.

Nega assim qualquer outra forma de percepção de bem-estar, silenciando a discussão em relação à concentração da renda, às desigualdades sociais históricas provocadas por processos de acumulação primitiva - de expropriação de terras e de expropriação da própria vida dos trabalhadores nas sociedades feudais-escravocratas

autor destaca os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil (2003-2016), centralmente os Governos Lula (2003-2010).

onde as classes mercadorizadas nunca foram compensadas -, e da relação histórica onde o Estado é instrumentalizado para a fundação da propriedade privada, na estruturação e reestruturação dos mercados, sempre salvando o capital monopolista das suas crises, e mantendo a ordem social, seja através do convencimento, seja através da força.

O ideário neoliberal fundado por Hayek e outros autores, como Ludwig von Mises e Milton Friedman, se afasta do pressuposto de tendência a uma harmonia social total de Smith e Ricardo, se aliando a ideia elaborada por Malthus de sobrevivência dos mais aptos para a promoção de uma sociedade dos que merecem pertencer a essa¹² - podemos traduzir para o termo “meritocracia” dos dias correntes. O mercado livre não tenderia a um equilíbrio natural, mas a uma sobreposição dos que mais se esforçam, os que merecem - sempre negando os fatores históricos de promoção das desigualdades sociais.

Hayek (2010) parte do princípio de liberdade a partir de uma ótica de desregulamentação das relações econômicas, exploração do trabalho, e da terra, uma liberdade econômica abstrata, negando a concepção de liberdade como promoção da ampliação do acesso social aos meios de reprodução da vida, como os sistemas de saúde, de educação e de renda básica.

Outro princípio onde os neoliberais se afastam de Smith e Ricardo e se aliam a Malthus é o da concorrência, em detrimento da troca, como o elemento fundamental para o progresso social. Para o autor, qualquer Estado que se proponha como assistencialista, ou “previdenciário paternalista” - que se volte para atender as demandas da classe trabalhadora -, estaria minando as forças produtivas e tenderia para a promoção de regimes totalitários, estaria no caminho da servidão (HAYEK, 2010).

A partir desses pressupostos e princípios economicistas, Hayek (2010), assim como Mises (2009), partem de uma aparente posição defensiva contra os avanços dos governos desenvolvimentistas, social-democratas, ou estadistas, colocando todos na mesma balança como “inimigos comunistas”, quais a sociedade deve combater para não ser escravizada por esses.

São esses pressupostos, princípios, além desse elemento retórico da ameaça do inimigo comunista, que condicionam as diretrizes dos governos neoliberais quais foram

12 Ver: Hunt (1989), Cap. 4 “Thomas Robert Malthus”.

sintetizadas por Anderson (2008). Em destaque, a política de austeridade fiscal, especificamente aos gastos ditos sociais, não limitando e silenciando o debate em relação aos gastos com o capital rentista através dos, entre outros, “sistemas das dívidas públicas”.

Destaca também a política de privatizações de setores que interessem ao lucro privado - energia, setores tecnológicos, como a aviação no caso do Brasil -, enfatizando o discurso de que as empresas estatais - produzidas e desenvolvidas pelo setor público, com recursos públicos - tendem ao atraso produtivo devido ao seu monopólio e aos desinteresses e a corrupção dos agentes que as integram, usurpando o bem-estar social, devendo entregar essas ao setor privado.

Além da retirada de direitos dos trabalhadores pela Reforma Trabalhista (2017), em nome de uma “modernização das relações de trabalho”, produzindo a ampliação da massa de trabalhadores precarizados; e a diminuição dos custos com os trabalhadores aposentados com a Reforma da Previdência (2019), forçando os que têm condições de poupança a aplicarem em previdências privadas, aumentando a liquidez dos bancos usados para extorquir os próprios trabalhadores, e excluindo a massa trabalhadora do direito à vida quando atinge uma idade que não interessa mais ao lucro do capital.

Inclui-se ainda o fortalecimento do orçamento militar para combater os sindicatos, movimentos sociais e demais governos “socialistas”, estigmatizados como corruptos, irresponsáveis e baderneiros, que ameaçam a ordem da “nação”, da “pátria”, e impõem custos desnecessários aos capitalistas, inibindo os investimentos desses.

Assim, o Estado deveria se afastar das relações econômicas que interessam ao capital privado - dado esse último como mais produtivo -, mas estar forte no combate aos “inimigos comunista” - entende-se governos ditos progressistas, sindicatos, movimentos de trabalhadores, de grupos identitários -, e gerir seus custos em função de minimizar seus gastos administrativos e sociais, para ter recursos para suplementar na reprodução do capital privado, que promoveria o máximo do bem-estar geral.

Como percebe James O'Connor (1977), o Estado se relaciona de duas formas com a massa da classe trabalhadora, pela seguridade social ou pela violência; o neoliberalismo opta pela segunda opção. Porém, como mostrou Anderson (2008) em relação aos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE) nos anos de 1980, apesar da austeridade, os Estados não conseguiram diminuir os gastos de seguridade social devido os resultados do próprio programa neoliberal - desemprego e diminuição da renda dos trabalhadores -, além do aumento da população em idade de aposentadoria.

A agenda neoliberal atende no total aos interesses da burguesia financeiro internacional e suas frações associadas, e, em relação a retirada de direitos e recursos da classe trabalhadora, atende ao interesse das frações burguesas como unidade.

O neoliberalismo no Brasil

No Brasil, o ideário neoliberal penetra em finais dos anos de 1980, primeiro com a crise cambial e fiscal, provocado pelo endividamento público em função da acumulação do capital, e um processo inflacionário devido às fragilidades da estrutura produtiva brasileira, potencializado pelas evasões de divisas (aumentando a taxa de câmbio) e encarecimento dos produtos importados com o II Choque do Petróleo e o aumento da taxa básica de juros dos Estados Unidos, conjuntura que condicionou os chamados ajustes tutelados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos iniciais da década, em finais do regime militar (1964-1985), no Governo Figueiredo (1979-1985), sob o comando de Delfim Netto no Ministério da Fazenda. Porém, foi sucedido o processo de pseudo redemocratização brasileira em meados da década que, junto a pressão popular por direitos políticos, foram institucionalizados direitos previdenciários base da socialdemocracia na Constituição de 1988, um quarto de década antes da ascensão política do neoliberalismo ao poder executivo do Estado brasileiro pelo Governo Collor, qual manteve sua cadeira cativa até os dias correntes.

Assim, as políticas de austeridade, privatizações e abertura comercial foram exigências do capital hegemônico, o capital financeiro internacional, para garantir os recursos destinados aos serviços da dívida pública, compensando momentaneamente a evasão de divisas voluntária e o aumento dos preços no Brasil. As crises cambiais, fiscais e, principalmente, inflacionárias, além da recessão econômica, são elementos centrais que historicamente abre território para o ideário neoliberal.

Com resultados socioeconômicos catastróficos, os governos neoliberais cederam o centro aos governos neodesenvolvimentistas, do Partido dos Trabalhadores (PT), que, no primeiro momento (2003-2005, primeiro Governo Lula), mantiveram a política de ajuste fiscal e monetário. Porém, em uma conjuntura de crescimento do volume

das exportações brasileiras, passaram a adotar uma política fiscal, creditícia e salarial expansionista ao passo do aumento da arrecadação fiscal (2006-2010, último ano do primeiro Governo Lula e segundo Governo Lula), aumentando o salário mínimo real, ampliando os gastos com infraestrutura, as políticas assistencialistas, de educação, trazendo a grande burguesia interna à hegemonia - antes ocupada pela burguesia associada ao capital financeiro internacional - com créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a política de compras das estatais; reagindo à crise econômica mundial emergida nos Estados Unidos (2008-2009) - dos créditos *subprime* - expandindo as políticas fiscal e monetária (BOITO Jr., 2018; CARVALHO, 2021).

Porém, os governos neodesenvolvimentistas de Lula mantiveram as diretrizes centrais recomendadas pelo FMI para remunerar o capital financeiro (altas taxas de juros e superávits primários), sem reverter às contrarreformas trabalhistas dos Governos Cardoso. Um desenvolvimentismo restrito, dentro dos limites do neoliberalismo.

O primeiro Governo Dilma, em meio a uma conjuntura internacional recessiva, propõe mantêm uma ruptura parcial com o neoliberalismo, agora contendo as despesas fiscais e aumentando as desonerações do capital interno, uma política fiscal relativamente mais contracionista, enquanto promove uma política monetária mais expansionista, diminuindo a taxa básica de juros, provocando um aumento do estresse da relação com o capital financeiro (CARVALHO, 2021).

A crise econômica e fiscal - produzida pelo cenário internacional e pela nova opção da política interna - em finais do primeiro Governo Dilma, reacende a frente neoliberal - Boito Jr. (2018) denomina de “liberal ortodoxa” -, composta pela burguesia associada ao capital financeiro internacional, pecuaristas, a classe média (essa como classe de apoio), instrumentalizada por instituições estatais (Judiciário, Polícia Federal e Ministério Público) e privadas, como meios de comunicação de massas, além de novas instituições ligadas aos novos canais de comunicação, como o Movimento Brasil Livre (MBL).

Nos dois anos do segundo mandato, Dilma tenta acenar para frente neoliberal, aumentando a austeridade fiscal, aumentando a taxa de juros. Porém, era tarde demais, com a crise econômica já tinha perdido o apoio da burguesia interna, enquanto a política de austeridade afastava a classe trabalhadora da frente de apoio.

Assim, a frente neoliberal já tinha força suficiente para impor que ajustes conjunturais já não eram mais suficientes, que os direitos dos trabalhadores já não cabiam mais na Constituição.

Os governos e os líderes do PT foram condenados pelos ideólogos neoliberais, movimentos sociais da classe média, meios de comunicação de massa, pelo judiciário e pelo legislativo, como os inimigos do povo brasileiro, “comunistas”, “corruptos”, assim como os sindicatos, e as políticas sociais foram dadas com entraves para o progresso econômico. Um dos elementos da retórica neoliberal mais expressiva era a de que previdência social - um dos pilares da seguridade social, marco da Constituição de 1988, que consome cerca de um quarto do orçamento da União - estava quebrando o Estado brasileiro.

Dessa conjuntura se ergue o golpe institucionalizado pelos agentes do legislativo, do judiciário, e do executivo, na figura do então vice-Presidente, Michel Temer, que ascendem ao posto de Presidente do País, trazendo embaixo do braço o documento intitulado *Uma Ponte Para o Futuro* qual orienta e reemergência do ideário neoliberal (austeridade fiscal direcionado pela Emenda Constitucional 95, abertura comercial, privatizações, câmbio livre, contrarreformas trabalhista e da proposta de contrarreforma da previdência).

Como mostram Carvalho (2021) e Gala *et al.* (2021), a Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016 é a política central da agenda neoliberal reemergido com o golpe institucional culminado em 2016. Com o discurso de ajustar as contas públicas para retomar a confiança dos investidores, e assim voltarem os investimentos (privados) e o crescimento econômico, a EC 95 tem, na prática, o objetivo central de desmontar o Estado de bem-estar social garantido na Constituição de 1988, aumentando a desvinculação do orçamento destinado aos gastos sociais.

Como discurso para fundamentar as diretrizes, o documento traz pressupostos básicos do ideário neoliberal: do crescimento econômico como objetivo do Estado para, através da “iniciativa privada”, promover do bem-estar geral, de Estado como ator ineficiente das relações econômicas, que “distorce” os “incentivos de mercado”; das políticas de assistência social como instrumentos centrais da crise econômica, além de considerar “os brasileiros de boa vontade” aqueles que defendem a agenda neoliberal; em nome da “paz”, da “harmonia” e da “ordem”¹³.

¹³ Ver o documento na íntegra: *Uma Ponte Para o Futuro* (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB,

O Governo Bolsonaro continua a política do Governo Temer, que aprofunda o ideário neoliberal, tanto na agenda de governo, quanto no espírito social, tendo como fundamentação do discurso o combate ao inimigo comunista - os “esquerdistas”, “petistas”, “petralhas” - para fundamentar a política de retirada de direitos e de recursos da classe trabalhadora - teto para gastos sociais, contrarreforma trabalhista, da previdência, privatizações, austeridade fiscal -, para atender os interesses da burguesia como forma de “modernizar” e “moralizar” o Estado, condenar os trabalhadores precarizados pelas suas próprias condições de vida, negando os fatores históricos escravistas, de exploração do trabalhador direto e de expropriação dos recursos locais, reascendidos com as contrarreformas que aumentam a precarização desses trabalhadores; além de estigmatizar povos identitários, que resistem à razão neoliberal economicista como forma de condicionamento da vida, para legitimar avanços contra seus territórios e seus povos.

A crise do Covid-19 reascende o debate sobre a importância do Estado previdenciário e do seu papel como agente direto das relações econômicas. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), reforça a importância de um sistema de saúde público, gratuito e articulado, enquanto o “Auxílio Emergencial” garantiu, enquanto vigorou uma queda menor na dinâmica econômica interna e a manutenção da grande massa trabalhadora fora do estado de pobreza e miséria.

O ano de 2021 aparenta marcar a perda de espaço da agenda neoliberal no mundo com a derrota de Trump nos Estados Unidos, a vitória de Pedro Castillo no Peru, a nova Constituição e a eleição de Gabriel Boric no Chile; restando como suspiro para o neoliberalismo a eleição do banqueiro Guillermo Lasso no Equador. No Brasil, o ex-Presidente Lula lidera com ampla vantagem as pesquisas de intenção de voto.

Tomadas essas breves reflexões sobre essas duas ondas (neopentecostal e neoliberal) no Brasil, para compreendermos as táticas de produção do discurso no presente (2022), indagamos a seguinte questão: quais elementos do ideário dessas duas ondas têm fomentado a realidade brasileira contemporânea, sobretudo os discursos bolsonaristas desde sua ascensão em 2018?

Alguns entrelaçamentos da ética e do espírito na retórica bolsonarista

Na busca de compreendermos alguns elementos da retórica bolsonarista que promoveu a eleição de Jair Bolsonaro para Presidente do Brasil em 2018, tomamos algumas diretrizes direcionadas por Michel Pêcheux *apud* Cesário de Almeida (2010) em sua perspectiva materialista histórica e dialética.

Para Pêcheux *apud* Cesário de Almeida (2010), o discurso é estruturado a partir: i) da estrutura da consciência (o eu) - perspectiva foucaultiana - (“Formações discursivas”); ii) da ideologia (inconsciente), formada pela conjuntura das estruturas das a) relações de classes (estruturas capitalistas), b) estruturas religiosas, c) estruturas morais, etc., influenciando “o que pode ser dito”, que influencia as formações discursivas; iii) do processo de produção histórica do discurso, que influencia e é influenciado pelas formações ideológicas. Existe uma autonomia relativa do sujeito das estruturas sociais e de sua posição social, na formulação do discurso, possibilitando a ocorrência de uma desestruturação das redes de memórias e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe.

Em síntese, o discurso seria uma relação entre estruturas sociais e autonomia do sujeito. Apresenta-o não necessariamente como falso, mas uma representação influenciada pelas suas condições reais de existência. Na análise, devem-se considerar as situações, a conjuntura e estrutura social no qual o sujeito está inserido, e o que está explícito, implícito, a falta, a falha e o silêncio do/no discurso.

Considerando que a produção do discurso é influenciado e influencia as formas ideológicas¹⁴, e que essas são condicionadas pela conjuntura: ideários de classe, movimentos religiosos, a moral, etc., condicionando uma autonomia relativa do sujeito frente às relações sociais qual esse está inserido. Centramos aqui nas questões conjunturais do ideário de classe e do movimento religioso ascendentes na formação da retórica bolsonarista.

Reconhecendo que o bolsonarismo não se esgota na figura do então Presidente

14 Lefebvre (2017) afirma que existem apenas três concepções de mundo originais: o cristianismo que condicionou o espírito das sociedades feudais; o positivismo burguês, guiado pelo individualismo, que condicionou a ascensão da burguesia ao poder dos Estados; e o marxismo, a perspectiva materialista histórica e dialética qual contesta a hierarquia metafísica imutável da sociedade (proposta pelo cristianismo feudal), assim a questão dos privilégios sociais “orgânicos” (concebida pelos clássicos do positivismo burguês como Comte e Durkheim), e a percepção dos fatos e sujeitos de uma forma abstrata e imutável do positivismo. Para o marxismo, não se pode observar o objeto abstratamente sem considerar as relações materiais de produção social qual esse está inserido. O autor percebe ainda que a burguesia, ao tomar pose do poder do Estado, se apropria também de elementos metafísicos do cristianismo-clerical, de acordo com seus interesses conjunturais. Para essa discussão, ver: GONÇALVES (2020), *Sobre o Método: do positivismo ao marxismo*.

Jair Bolsonaro, tomamos esse como sujeito de análise.

A eleição de 2018: rompendo com a cartilha dos analistas

O ano de 2018 entrará para os anais da História. É claro que a eleição vitoriosa de um postulante ao cargo de presidente de um país, por si só, é de relevância para reflexões teóricas, analíticas e metodológicas. Entretanto, 2018 apresenta nuances. Estamos diante de uma eleição disruptiva, sendo um marco para a política brasileira (MOURA; CORBELLINI, 2019).

A cartilha de análise da política institucional, baseada em estudos teóricos e em empiria, oferecia um prognóstico, quase que intuitivo, sobre o pleito de 2018, que é possível desenvolvermos em, pelo menos, cinco pontos, os quais consideramos que tenham sido os mais relevantes: 1) Bolsonaro é um adversário fácil de ser combatido, por se envolver em muitas controvérsias. Na política partidária, a contenda é desestimulada, em busca do consenso. Bolsonaro, entretanto, apresentava “[...] manifestações no mínimo polêmicas e com alto potencial destruidor para uma carreira política” (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 28), falando para um núcleo duro, uma bolha eleitoral, que comunga de suas limitadas opiniões, cuja representatividade não conseguiria ultrapassar uma fração muito acima de 10% da sociedade brasileira.

Esse discurso tribal eram os responsáveis por colocá-lo no patamar de 2) altos índices de rejeição, chegando a ser desaprovado por 64% dos entrevistados, conforme pesquisa Ipsos, de junho de 2018¹⁵. E isso o colocava diante de um grande impasse: ou continuaria com a forma virulenta de se apresentar, direcionando-se a uma tribo minoritária, mas fidelizada, cuja representatividade não seria capaz de levá-lo nem ao segundo turno; ou adaptava o seu discurso para uma versão mais abrangente, palatável, correndo o risco de perder a projeção de político autêntico, sincero, destemido, forte, que diz, diante das câmeras, e sem vacilar, o que pensa, que é porta-voz de outras vozes oprimidas pelo politicamente correto, para ser lido como instável, indeciso, vacilante, sem personalidade, aproveitando-se do conveniente a fim de somente agradar.

Além do impasse de difícil solução, onde parecia sair perdendo em qualquer uma das apostas discursivas, 3) o político não tinha estrutura partidária para impulsionar a sua campanha. Não tinha tempo de TV, Fundo Eleitoral, coalização

15 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-e-desaprovado-por-64-afirma-ipsos,70002362989>. Acesso em: 21 jan. 2021.

política, tradição política consolidada, partido eleitoral relevante, palanque político nas principais capitais. Esses não foram vistos, pela análise política, como instrumentos que poderiam ser facilmente negligenciados. A tradição apontava a importância substancial desses fatores no desempenho do político, na formação da opinião do eleitor e, em consequência, no voto.

Com uma estrutura partidária, financeira e midiática, considerada frágil e insuficiente, 4) o candidato não tinha nenhuma experiência no Executivo, o que poderia ser lido como um risco muito grande, que nem sempre os eleitores estão dispostos a apostar. Essa falta de experiência não lhe dava *recall*, assim ele não tinha, aparentemente, um lugar cativo na memória do eleitor. Por fim, o grande calcanhar de Aquiles era 5) a pouca capacidade intelectual e psicológica para gerir um país. Os analistas acreditavam que, quando começasse efetivamente a campanha política de 2018 e os debates propositivos, a população iria ler Bolsonaro como alguém despreparado para governar, desconhecedor dos problemas brasileiro, sem soluções efetivas, além de muito desequilibrado psicologicamente, impactando com suas falas segregacionistas - daí veio a facada de Juiz de Fora que o condicionou a ficar fora dos debates na TV aberta durante a campanha eleitoral de 2018.

Certamente a cartilha de prognóstico é coerente, em vários aspectos analíticos. Todavia, alguns dos analistas foram surpreendidos pela vitória de Bolsonaro. É fato que uma vitória majoritária, como a do Executivo, não ocorre do dia para a noite. Também é sabido que as motivações não são unívocas. Há uma teia de relações que, indubitavelmente, não conseguimos tecer no espaço deste ensaio. Para tanto, na reflexão que aqui nos propomos e depois do percurso analítico sobre o neopentecostalismo e o neoliberalismo que já fizemos, fica-nos evidente que os movimentos vão sendo gestados, nascem e se reproduzem (às vezes até morrem e/ou se reencarnam para dar lugar a outra forma).

Desse modo, podemos afirmar que a ética neopentecostal e o espírito do neoliberalismo são leituras possíveis para compreendermos o cimento da coesão social, da qual Bolsonaro ergueu a sua prática performática e discursiva. Bolsonaro é resultado dessa tensão entre religião e política, em uma simbiose entre o novo e o velho. A presença da religião na política não é nova. A con(fusão) entre política e Estado de Direito Democrático, mesmo após a Constituição Federal de 1988, não está ultrapassada. São muitos os aspectos que precisam ser levados em conta. Vamos

apresentar alguns deles.

Breves notas adicionais sobre as ondas neoliberal e neopentecostal na conjuntura brasileira

No contexto brasileiro, como já abordamos, os movimentos neopentecostais e neoliberais vão ganhando capilaridade social, política, econômica e cultural. Singer (2012) lembra que, no final dos anos 1970 e começo dos 1980, realmente quase não se encontravam pensadores, articulistas e ideólogos que tomassem posições abertamente de direita, reacionárias, sobretudo por causa do ônus da Ditadura Civil-Militar brasileira - não que essa tenha tomado uma posição predominantemente neoliberal, pelo contrário, sua posição foi predominantemente desenvolvimentista no plano econômico, porém concentradora da renda, e dependente e associada ao capital internacional.

“Estávamos sob hegemonia política da direita, mas no plano cultural a hegemonia da esquerda continuou e até se acentuou no final dos anos 1970 [...], começo dos 1980”. Com a onda neoliberal no mundo erguida a partir dos anos de 1970, um conjunto de políticas não apenas governamentais, mas uma concepção de mundo começa a ganhar corações e mentes. “Finalmente, entre o fim dos anos 1980 e começo dos 1990, o neoliberalismo entrou no Brasil” (SINGER, 2012, s/p).

Entretanto, não foi somente o neoliberalismo que foi visto e incorporado como nova forma de racionalização social. O avanço dos evangélicos numericamente, para além do cenário social, midiático, econômico e político, também foi responsável de produzir uma nova racionalização e, desta vez, não limitada apenas ao âmbito da religião, mas se secularizando, inaugurando mudanças teológicas, comportamentais, sociais e políticas significativas, não é à toa que temos uma bancada parlamentar conhecida como da Bíblia, a Frente Parlamentar Evangélica, outra do Boi, em referência ao capital do agronegócio, e uma outra da Bala, em relação à retórica da Segurança Pública.

Há uma relação entre neoliberalismo e neopentecostalismo que vai se estreitando cada vez mais, em um processo de retroalimentação. Singer (2012) também nos ajuda a refletir sobre esse processo que estamos chamando de retroalimentação. O estudioso salienta que houve uma virada à direita da igreja católica, que nas décadas de 1960 e 1970 tinha uma grande relevância para a

esquerda brasileira e, por isso, arrastava camadas extensas da sociedade. Singer (2012) ainda lembra que a onda neoliberal começou a influenciar a igreja católica nos anos de 1980 e, lentamente, foi sendo introduzida no Brasil. E “[...] isso é muito importante para entender a presença da hegemonia cultural da esquerda e depois sua quebra. A esse fator se soma um segundo, que é a avalanche pentecostal e neopentecostal no Brasil” (SINGER, 2012).

A retórica bolsonarista

Depois de alguns desses pontos elencados, chegamos ao ator político Jair Messias Bolsonaro, que carrega no nome a ideia de salvação. Bolsonaro chegou ao pleito de 2018 com uma performance “terrivelmente evangélica”, reacionária, neoconservadora, neoliberal etc. A busca por uma “cultura cristã” (contra as minorias, contra os “desajustados” socialmente, contra a esquerda, contra os socialistas, contra o Estado parasita, contra os “inimigos comunistas”) foi uma tônica de seu discurso que coaduna com a prática, em que presenciamos “passar a boiada” do fundamentalismo, da meritocracia, da exaltação do mercado, da demonização do bem-estar social, do agravamentos das expressões das questões sociais como caso de polícia.

Como exemplo discursivo mais expressivo da sua posição em relação as outras culturas e povos para além o estereótipo hetero, branco, magro, classe média ou grande burguês do centro-sul - a imagem do europeu colonizador -, em abril de 2017, o então Deputado Federal, Jair Bolsonaro, já em campanha para presidência expressou:

Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arroba. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles. [...] Se eu chegar lá (na Presidência), não vai ter dinheiro pra ONG. Esses vagabundos vão ter que trabalhar. Pode ter certeza que se eu chegar lá, no que depender de mim, todo mundo vai ter uma arma de fogo em casa, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.

Alguém aí já viu um japonês pedindo esmola por aí? Não, porque é uma raça que tem vergonha na cara. Não é igual a essa raça que tá aí embaixo ou como uma minoria que tá rumiando aqui do lado [se referindo aos manifestantes judeus contrários que estavam do lado de fora do evento].

Se um idiota num debate comigo falar sobre misoginia, homofobia, racismo, baitolismo, eu não vou responder sobre isso. [...] Eu não tenho

nada a ver com homossual. Se um bigodudo quer dormir com o careca, vai ser feliz (BOLSONARO *apud* CONGRESSO EM FOCO, 2017).

A campanha eleitoral de Jair Bolsonaro foge das cartilhas praticada desde a primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidente do País (1994): i) a campanha áudio visual saiu dos tradicionais meios de comunicação de massas - seu partido no pleito, o Partido Social Liberal (PSL) tinha pouco tempo no horário eleitoral gratuito de TV e rádio, focando nas plataformas digitais; ii) sai do debate racional sobre projetos de desenvolvimento socioeconômico para o debate subjetivo de imposição da moral cristã.

A questão da imposição da cultura cristã se evidencia logo no seu slogan de campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Em discurso em campanha eleitoral no Acre em 01 de setembro de 2018, Bolsonaro enfatiza a defesa e o poder dos princípios da família cristã (hétero) que representa, além da insinuação de que os governos anteriores (do PT) promoviam a desordem moral (não cristã) da sociedade brasileira: “a família vai ser respeitada. Aqui tem macho e fêmea e não vamos admitir que nossas crianças continuem sendo pervertidas em programas de governo” (G1, 2018b).

Em seu último discurso ao vivo em uma rede social, em véspera do segundo turno das eleições presidenciais de 2018 (27 de outubro de 2018), para além dos símbolos nacionalistas, a bandeira do Brasil, colada improvisadamente na parede logo atrás do então candidato, e das cores da bandeira do Brasil na camisa do recém-eleito Deputado Federal, Hélio Bolsonaro, e do discurso contra “a velha política” afirmando que não faria indicações para os ministérios em troca de apoio no parlamento, Jair Bolsonaro ressalta de forma superficial - como é prática do seu discurso - o combate do que ele chama de “militância de esquerda nas instituições públicas”. Expressa ainda a ideia utilitarista, base do liberalismo, de educação como formação para o mercado de trabalho: “Nós queremos que quem vai estudar, em especial escola pública, ao terminar o seu curso, seja bom profissional e não um militante de esquerda, defensor dessas ideologias que não deram certo em [nenhum] lugar do mundo” (G1, 2018a).

No mesmo discurso, Bolsonaro ressalta o elemento ideológico neoliberal de que o setor público é ineficiente devido à corrupção impregnada no setor público pela “esquerda”:

O que está em jogo é a perpetuação dessa máquina podre que temos aí, que vive da corrupção, para tirar de vocês o atendimento médico, a educação, a segurança. É uma máquina podre que sobrevive, se retroalimenta da desgraça, da corrupção, são grupos que não querem sair de lá porque vivem disso, vivem mamando nas tetas do estado” (G1, 2018b).

Aparentemente, o combate ao inimigo comunista será novamente elementos da retórica bolsonarista no pleito de 2022. Em entrevista a TV Jovem Pan, na segunda-feira, 10 de janeiro de 2022, Bolsonaro volta a o elemento do medo dos resultados de eleger um governo dito de esquerda. “Se tivesse no meu lugar um petista, eu acho que o Brasil já era uma Venezuela” (XAVIER, 2022). De acordo com o Datafolha, em 30 de dezembro de 2021, 44% da população brasileira acreditava que o Brasil “corre o risco” de se tornar um país comunista após as eleições de 2022 (AGGIO, 2021).

É importante frisar que, para muitos, Bolsonaro não é originalmente neoliberal (sua posição contrária à reforma da previdência de Temer fundamenta essa afirmativa), assim como os militares no Brasil historicamente também não são. Bolsonaro se mostra um grande oportunista que compreendeu e se alinhou a essa pauta por encontrar um nicho, um eleitorado cativo, embora a agenda neoliberal, tradicionalmente, seja vista, no Brasil, como de baixa adesão eleitoral.

Em nossa produção de tese sobre a construção da imagem pública de Bolsonaro, compreendemos que o neoliberalismo não é seu principal escopo, uma vez que até o seu Ministério da Economia foi tratado, durante a campanha, reiteradas vezes de forma terceirizada, na figura de Paulo Guedes, seu “Posto Ipiranga”, seu aceno para o “mercado”. Todavia, é necessário perceber e desprender o neoliberalismo de um mero economicismo, embora se tenha uma relação íntima.

O que queremos dizer é que as ideias do capitalismo popular e do livre-mercado, as transformações ideológicas e econômicas adotadas por Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margareth Thatcher, na Inglaterra, como já frisamos neste ensaio, passaram a ser difundidas em todo o globo, não se limitando apenas à esfera econômica, mas penetrando na tessitura social de muitos países, alterando as paisagens sociais, culturais, políticas. O “Neoliberalismo como a ‘nova razão do mundo’, que atravessa todas as esferas da existência humana para além da econômica” (SOLANO, 2018, p. 07). Desse modo, temos a produção de uma sociabilidade e é essa sociabilidade que Bolsonaro dispõe para arquitetar a sua

discursividade.

Também há quem diga que ele não tem nada de religioso. Compreendemos e concordamos, em muitos aspectos. Contudo, não há uma homogeneidade entre as religiões, entre os cristãos, nem entre os neopentecostais. Mas, a partir de nosso debate sobre a ética neopentecostal, suas ondas, a sobre-elevação da Teologia da Prosperidade, a ideia de guerra espiritual, entre outros, podemos afirmar que o discurso de feições cristãs neopentecostais permeou toda a prática bolsonarista. Bolsonaro surfou na onda da religião, agarrou-se na moralização da política e na politização da fé. Elegeu os inimigos a serem combatidos, em nome de Deus, sobretudo o PT e a população LGBTQIAP+; pôs-se como líder religioso, como uma missão salvacionista, afirmando que o caminho da redenção está na Família, na Pátria e em Deus (Cristo).

Diante de tudo isso, podemos dizer que estamos conjugando novas formas de sociabilidades, advindas principalmente da inserção das igrejas evangélicas no Brasil, sobretudo nas periferias. E essas igrejas são grandes colaboradoras da difusão dos valores capitalistas, da meritocracia e da individualização do esforço (SOLANO, 2018). A hegemonia do verbo e da verba habita entre nós.

Considerações finais

Em resumo, a ética neopentecostal ascende nos Estados Unidos de braços dados com o ideário do neoliberalismo nos anos de 1940, esse último qual tem, entre os seus fundadores, o estadunidense Milton Friedman. No Brasil, o neopentecostalismo precede menos de meia década ao neoliberalismo, em um momento de hegemonização política mundial do ideário neoliberal.

O ponto central que converge à ética protestante e o espírito neoliberal é a concepção de prosperidade a partir de uma perspectiva economicista, de acumulação material individual; desconsiderando as relações históricas que condicionam a “prosperidade” de uns e a miséria de outros, também desconsiderando outras culturas sociais além da sociedade capitalista e seus pressupostos na percepção de bem-estar.

No Brasil, junto com reascensão do ideário neoliberal em meados dos anos 2010, o neopentecostalismo ganha força política e se torna um dos elementos centrais do processo de impeachment do segundo Governo Dilma (2015-2016). Os seus líderes religiosos ascendem as estruturas políticas no Governo Temer e, principalmente, no

Governo Bolsonaro, propagando como princípios centrais a luta contra os “inimigos comunistas”; os não cristãos, assim como os “gays”, os povos identitários - esses últimos estigmatizados como “preguiçosos”, improdutivos -, que corromperiam os “bons costumes” sociais, os recursos do Estado e do mercado; e conseqüentemente a prosperidade econômica da “pátria”, considerando as heterogeneidades regionais-sociais, abstratamente, como conseqüências de escolhas autônomas dos atores sociais.

Foi nesse cenário neoliberal e neopentecostal, cuja realidade brasileira nos encontramos, que o bolsonarismo encontrou ancoragem, alçou voo e ocupa a cadeira do trigésimo oitavo Presidente dessa República. Um sujeito que se mostra leigo em relação as diretrizes macroeconômicas, mesmo as do ideário neoliberal, que até 2017 se colocou contra a reforma da previdência, central para os neoliberais; que só 2016 indicou sua filiação a igreja (neo)pentecostal, no espetaculoso batismo nas águas do

Rio Jordão pelo Pastor Everaldo; mas que, mesmo superficialmente, a partir de discursos rasos, nega as desigualdades sociais-raciais históricas, criminaliza as lutas dos movimentos sociais classistas e identitários, defende a acumulação capitalista privada como único objetivo social-institucional a ser alcançado, e fé cristã como única fé legítima; que surfa nessas duas ondas, que se encontram e ganhou volume na conjuntura atual - apesar do neoliberalismo estar perdendo espaço no contexto mundial e brasileiro nos anos iniciais da década de 2020 -, disposto a se segurar firme nelas enquanto essas estão - ou estavam, no caso do neoliberalismo - encontrando o seu pico de amplitude.

Todo esse processo refletido no sujeito Bolsonaro diz muito sobre as dinâmicas sociais correntes, sobre a relação entre Política e Religião, sobre nossas sociabilidades religiosas, sobre nossa religiosidade neoliberal, sobre a modulação das subjetividades, sobre o comportamento do eleitor, sobre o nosso passado, o nosso presente e o que podemos ensaiar para o futuro. Já advertiu o Livro milenar: quem tiver ouvido para ouvir, que ouça.

Referências

- AGLIO, Camilo. „Medo do Comunismo’ mostra que agenda reacionária de 2018 será explorada em 2022. *Carta Capital*. 30 dez. 2021.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. O Voto Evangélico Garantiu a Eleição de Jair Bolsonaro. *Instituto Humanitas Unisinos*. 01 nov. 2018.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-

Neoliberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ARAÚJO, Victor Leonardo de.; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. (org.). **A Economia Brasileira: de Getúlio a Dilma - novas interpretações.** 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

BOITO Jr. Armando. **Reforma e Crise Política Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT.** Campinas-SP: Unicamp/São Paulo-SP: Unesp, 2018.

CARTA CAPITAL. “Alguns Trabalhadores Querem Voltar ao Que Viviam Antigamente”, diz Bolsonaro sobre Lula. 17 jan. 2022.

_____. PoderData: Lula Cresce 10 Pontos Entre Evangélicos Em Um Mês; Bolsonaro Cai. 20 jan. 2022.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos.** 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

CESÁRIO, A. C. C.; ALMEIDA, A. M. C. Discurso e Ideologia: reflexões no campo do Marxismo estrutural. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences.* Maringá, v. 32, n. 1 p. 1-8, 2010.

CONGRESSO EM FOCO. **Bolsonaro: “Quilombolas não serve nem para procriar”.** 5 abr. 2017.

CORREA, Jéssica Flavia Rodrigues; GONÇALVES, Hugo Feitosa. Neoliberalismo e Reforma do Judiciário no Brasil. *Inter-Legere.* 31. ed., v. 4, ago., 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FRESTON, Paul. **Pentecostalismo e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment.** 1993.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB. **Uma Ponte Para o Futuro.** Brasília. 29 out 2015.

G1, Eleições 2018. **Bolsonaro Defende Combate à Corrupção e Diz Que Se Eleito Não Vai Trocar Cargos Por Apoio.** 27 out. 2018.

_____. Eleições 2018 no Acre. **Bolsonaro Diz Que Se eleito Família será respeitada: „Aqui tem macho e fêmea”.** 01 set. 2018.

GALA, Paulo; PINKUSFELD, Carlos; ROSSI, Pedro. **Teto de Gastos e (Sub)desenvolvimento Econômico. Missão Desenvolvimento.** Youtube. out 2021.

GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavinia Barros; VILLELA, André Arruda; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea: (1945-2015).** 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

GONÇALVES, Hugo Feitosa. **Sobre o Método: do positivismo ao marxismo.** Curitiba: CRV, 2020.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de; TONETO Jr., Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão.** São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010. 231 p.

HUNT, Emery Kay. **História do Pensamento Econômico.** 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo: uma introdução.** Porto Alegre: L&PM, 2017.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977, 264 p.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à Brasileira. In: Sader, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PAULO NETTO, José. Repensando o Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

- BARBOSA, Rafael. Bolsonaro Tem 43% Entre Evangélicos; Lula, 46% dos Católicos. **Poder 360**. 22 dez. 2021.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 2010 [1999].
- MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A eleição Disruptiva: por que Bolsonaro venceu**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- SADER, Emir. Balanço do Neoliberalismo na América Latina. In: Sader, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-Neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- SINGER, André. Novas expressões do conservadorismo brasileiro. Entrevista por Luís Brasilino. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 6 (63), 2012. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/novas-expressoes-do-conservadorismo-brasileiro/>> Acesso em: 29/12/2018.
- SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. Friedrich Ebert Stiftung. **Análise**, nº 42, 2018.
- XAVIER, Getulio. „Sou a Pessoa Mais Importante do Brasil no Momento”, Diz Bolsonaro. **Carta Capital**. 10 jan. 2022.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito da Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 335 p.

Recebido: 25 jan 2022
Aceito: 12 jun 2022